

Educação patrimonial, memória e cidadania: estratégia de conscientização patrimonial no município de Oliveira-MG

*Pedro Henrique Porto Coelho*¹

*Isaac Cassemiro Ribeiro*²

*Tainah Leão Nascimento*³

INTRODUÇÃO

O patrimônio tratado como cultural implica uma forma de assimilação com o passado, que garante a manutenção da identidade pertencente a um povo e, por isso, merece ser valorizado, protegido e conservado, pois é o que define a identidade coletiva e individual.⁴ Este, também estabelece um campo de batalha pelo poder simbólico, ou seja, o patrimônio cultural pode ser entendido como um campo onde ocorrem trocas simbólicas e disputas de poder não somente político, mas, sobretudo, cultural. Neste quadro, Pierre Bordieu, ao tratar do sentido simbólico

¹ Graduado em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (2009), especialista em Filosofia pela Faculdade Federal de Ouro Preto (2012), mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual de Minas Gerais (2014). É professor titular - Faculdade Pitágoras (Unidade Divinópolis-MG), e membro do Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Formiga-MG (gestão 2013-2014; 2015-2016; 2017-2018).

² Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de São João del-Rei (2009), mestre em História, Poder e Relações Sociais, pela mesma Universidade (2014), doutorando em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (2017). É professor de sociologia do Instituto Federal de Minas Gerais, IFMG – campus São João Evangelista – SJE.

³ Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade FUMEC (2015) e especialização em Educação Ambiental pelo Centro Universitário Barão de Mauá (2016). Professora titular da Faculdade Pitágoras de Divinópolis nos cursos de Design de Interiores e Arquitetura e Urbanismo. Atualmente é sócia do escritório de Arquitetura e Interiores “A2 Arquitetura e Design”.

⁴ CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. *In: Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 163-175, jan/jun 2005. p. 174.

do poder, ressalta que o mesmo é invisível, não se mostra com facilidade, havendo a necessidade de descobri-lo onde é ignorado ou não reconhecido. Consequentemente, seu sentido não é atribuído somente à uma forma de dominação.⁵

A revelação do poder simbólico requer a apreensão do campo onde ele se encontra e a compreensão dos mecanismos que lhe proporcionam visibilidade. Assim, o patrimônio cultural se apresenta como campo ou *locus* regido por valores simbólicos – facultados à identidade e à memória – que estabelece uma dialética entre atores sociais e estrutura social. Já os mecanismos têm como intuito delimitar o funcionamento do campo, assumindo uma função estruturante da memória de uma sociedade. Sob aspecto holístico, como parte desses mecanismos, destacam-se aqueles que incluem a cultura no campo das políticas sociais.

A inclusão da cultura no campo das políticas sociais – e a defesa do acesso aos bens culturais materiais ou imateriais – é mais que apropriada para um desenvolvimento social e econômico de base territorial. Dentre os aspectos da inclusão cultural, a proteção do patrimônio enquanto área de ação governamental favorece o diálogo inter-regional e cria certos empreendimentos urbanísticos, imobiliários, turísticos, além de garantir a memória de uma comunidade. Portanto, criar mecanismos mantenedores da identidade local e fomentadores do desenvolvimento regional com relação ao patrimônio histórico se torna óbvio.

É papel dos órgãos públicos de salvaguarda – seja da esfera nacional, estadual ou municipal – garantir a continuidade e sustentabilidade dos bens culturais através da fiscalização, proteção, manutenção e divulgação patrimonial. As autoridades locais e os agentes dos processos culturais são elementos indispensáveis na reflexão sobre o patrimônio, que cada vez mais, proporcionam um entendimento de consumo produtivo, isto é, oferecem suporte a várias atividades socioeconômicas. Ainda assim, seria um erro limitar essas atividades somente ao campo turístico, haja vista que a questão patrimonial cria recursos específicos, atrai investimentos para uma região, garante qualidade de vida e cria uma imagem identitária do território envolvendo os atores sociais. Deste modo, a nobilitante valorização do patrimônio é mais que uma simples herança, é um processo de construção que parte dos interesses

⁵ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.7-8.

dos agentes envolvidos – sociedade civil e poder público – cada qual, exercendo seu papel, com atribuições definidas.

Mediante a valorização patrimonial, o processo de divulgação dos bens protegidos torna-se necessário frente à explicitação daquilo antes implícito para a comunidade. Partindo desse pressuposto, é notório – em certa medida – a recusa por parte da sociedade frente a manutenção dos bens culturais de um município devido à falta de informação sobre a representatividade que tal bem cultural exerce. Portanto, somente os trabalhos dos Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural, enquanto órgãos competentes na preservação patrimonial local, não são suficientes para atender as demandas existentes. Para além das ações de proteção dos bens culturais destes “órgãos híbridos”⁶, certifica-se a obrigação de criar mecanismos para o desenvolvimento de uma consciência patrimonial. Não basta proteger e manter, se a grande parcela dos cidadãos não comunga da importância de tais medidas e não cria laços afetivos quanto ao bem protegido. Afetividade esta, garantida a partir de uma educação patrimonial.

Com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento da mentalidade cidadã acerca da importância do patrimônio cultural local, sobretudo no que se refere ao que compõe o território que hoje abriga os municípios do Centro-Oeste de Minas Gerais, foi idealizado, no ano de 2016, o projeto de extensão *Patrimônio Proclama*, vinculado ao curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Pitágoras (Unidade Divinópolis-MG). O projeto tem em vista duas finalidades básicas: a primeira refere-se ao desenvolvimento de instrumentos de divulgação, elucidação e conscientização da sociedade civil com relação aos processos de salvaguarda do patrimônio cultural a partir da criação de parcerias e convênios com agentes culturais do poder público no Centro-Oeste mineiro. Já a segunda, parte da criação de um banco de dados com os registros e dossiês dos bens culturais municipais salvaguardados na região vigente. Esta, fornecerá à comunidade acadêmica o acesso das diversas informações contidas nos registros patrimoniais, que servirão de fontes documentais para possíveis pesquisas relacionadas ao tema “patrimônio cultural”.

Com este intuito, no ano de 2016, estabeleceu-se uma parceria entre a Faculdade Pitágoras, a Prefeitura Municipal de Oliveira

⁶ Sobre a discussão dos Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural como “Órgãos Híbridos”, ver: PEREIRA, Maria de Lourdes. *As Políticas Públicas Para a Preservação do Patrimônio*. UFMG, Belo Horizonte, 2001.

e o Conselho de Patrimônio Histórico de Oliveira com o objetivo de criar um livreto que servirá de suporte para as atividades vinculadas ao programa de Educação Patrimonial do município.

OLIVEIRA NO OESTE DE MINAS: FUNDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO-SOCIAL

A cidade de Oliveira, assim como grande parte do que o IBGE hoje denomina como mesorregião “Oeste de Minas”, teve seu povoamento oficial impulsionado, sobretudo, pela abertura do caminho que ficou conhecido como “A Picada de Goiás”⁷, no primeiro quartel do século XVIII⁸, mais especificamente, a parte sul deste território, abrangendo as terras e vizinhanças da antiga vila de Tamanduá (atual Itapeçerica)⁹. Neste momento, na região, existiam diversos “quilombos”¹⁰.

⁷ Antes disso, até fins do século XVII, toda a região foi alvo da empresa paulista de aprisionamento indígena: o Bandeirismo, que capturou e exterminou uma miríade de tribos e etnias ameríndias. Ver: RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas: Unicamp, 2003. (Tese de Doutorado); HENRIQUES JUNIOR, Gilmar Pinheiro. *Arqueologia regional do Alto São Francisco: um estudo das tradições ceramistas Una e Sapucaí*. São Paulo: USP, 2006. (Dissertação de Mestrado).

⁸ RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Família e Povoamento na Comarca do Rio das Mortes: os “Ribeiro da Silva”, Fronteira, Fortunas e Fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)*. São João del-Rei: UFSJ, 2014, p. 59. (dissertação de Mestrado em História Social). Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/pghis/dissertacoes.php>. (Acesso em Novembro de 2016).

⁹ Em contrapartida, outra parte do Oeste de Minas, zona de influência da vila de Pitangui, se povoou devido a outros fatores, que escapam a este artigo. Para as peculiaridades da história do povoamento de Pitangui, ver: CATÃO, Leandro Pena. Os Sertões a Oeste das Minas: descobrimentos, caminhos, ocupação espacial e cultura política nos séculos XVII e XVIII. In: CORGOZINHO, Batista Maria de Sousa; CATÃO, Leandro Pena; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. (Orgs.). *História e Memória do Centro Oeste Mineiro: perspectivas*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009, p. 71; MILAGRE, Marcela Soares. *Entre a Bolsa e o Púlpito: Eclesiásticos e homens do século nas Minas de Pitangui (1745-1793)*. São João del-Rei: UFSJ, 2011. (Dissertação de Mestrado).

¹⁰ Ao que parece, até a abertura da picada, ou seja, até 1736, estes núcleos pouco incomodaram as autoridades da coroa na capitania. GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista. Quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988; SOUZA, Laura de Mello e. Norma e Conflito: aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 114; AMANTINO, Márcia. O Mundo das Feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII. São Paulo: Annablume, 2008; MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: A História de Minas, roubada do povo*. Contagem: Santa Clara Editora, 2008 p. 124. RIBEIRO, Isaac Cassemiro. Op. Cit. (2014, a), p. 59.

A picada de Goiás, como o próprio nome diz, foi um caminho alternativo ao de São Paulo, aberto para ligar o Rio de Janeiro, centro oficial de escoamento dos produtos da extração mineral, às minas de Goiás e Cuiabá, passando pela capitania de Minas Gerais¹¹. A consolidação da picada – ou picadas, pois foram abertas diversas variantes – veio a ocorrer em um momento preciso, intrínseco à dinâmica econômica da capitania de Minas Gerais: a diminuição das jazidas auríferas superficiais, percebida a partir da década de 1750¹².

É neste contexto que podemos situar o surgimento do arraial de Nossa Senhora da Oliveira (atual cidade de Oliveira). Com a diminuição da extração aurífera nas áreas centrais de Minas Gerais, os capitais provenientes desta atividade foram alocados em outro setor da economia colonial que vinha crescendo: a produção de alimentos para o abastecimento interno. Tudo indica que a maior parte dos primeiros proprietários a se estabelecer legalmente na região (confirmando suas posses através de cartas de sesmaria), provinham da comarca do Rio das Mortes. Muitos destes sesmeiros, antigos mineradores, fazendeiros/mineradores, filhos destes ou aparentados¹³, buscavam investir capitais na área de expansão e fronteira aberta do oeste, com extensas porções de terras férteis e “disponíveis” à empresa agropecuária¹⁴.

Tendo aos seus pés um caminho consolidado, a Picada de Goiás, seguro após o extermínio e expulsão dos quilombolas¹⁵,

¹¹ Com a abertura, buscou-se inibir o contrabando praticado através do caminho de São Paulo, e ao mesmo tempo abastecer essas minas descobertas a partir de 1720. Porém, ao que tudo indica, em seus primeiros anos, essa via não se fortaleceu em detrimento à paulista. VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 136.

¹² CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: Produção Rural e Mercado Interno de Minas Gerais – 1674 – 1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007, p. 36; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: Produção e Hierarquização social no Mundo Colonial, 1750 – 1822*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010, p. 22.

¹³ RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Migrar é Preciso: migração, família e expansão de fronteiras (Oeste da Comarca do Rio das Mortes - Séculos XVIII e XIX)*. In: *Seminário História e Memória do Centro-Oeste Mineiro - Perspectivas: Memória, Literatura e Educação*, V, 2014, Divinópolis, p. 135-151.

¹⁴ RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Op. Cit.* (2014, a).

¹⁵ A destruição dos núcleos quilombolas próximos à Picada de Goiás e a zona de povoamento mais antiga da comarca, possibilitou a instalação de mais fazendas produtoras de gêneros alimentícios na região. Coincide com esse período, o terceiro quartel do século XVIII, a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Mello. Inspirado nos ideais Iluministas, sua política via o aumento demográfico

fazendeiros da região iniciaram a construção do arraial de Oliveira. Entre 1754 e 1758, seguindo o padrão da época, edificaram uma capela no alto de uma colina dedicada a Nossa Senhora da Oliveira¹⁶. O lugar constituiu-se administrativamente como uma “aplicação”¹⁷. A partir deste momento, todos os pedidos de sesmaria feitos por moradores locais se referiam ao lugar como a “aplicação da capela de N. Senhora da Oliveira”, pertencente à “freguesia” de Santo Antônio da vila de São José del-Rei, comarca do Rio das Mortes.

Exemplo arquitetônico do povoamento da região por fazendeiros na segunda metade do século XVIII é a fazenda Bom Retiro (patrimônio municipal ainda existente), onde, no século XIX, nasceu o filho mais ilustre de Oliveira, marco da memória local: Carlos Justiniano Ribeiro Chagas (o doutor Carlos Chagas, 1879 - 1934)^{18 19}.

Concernente ao desenvolvimento da paisagem urbana neste período, a segunda metade do século XVIII, o arraial possuía apenas duas ruas, que se originaram a partir de um ponto em comum: as margens do riacho Maracanã²⁰. No local se instalou o

como um dos elementos mais significativos da riqueza das nações, se empenhando em povoar as fronteiras da América Portuguesa. Na capitania de Minas Gerais, a fronteira Oeste se configura, então, como ponto estratégico à política de povoamento pombalina. SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 114.

¹⁶ BARBOSA, Waldemar. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995, p. 226.

¹⁷ Subdivisão do território paróquial colocado sob a responsabilidade de um capelão FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d’el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p.112.

¹⁸ MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Memória Arquitetônica de Oliveira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1987; MARTINS, Helena Teixeira. *Sedes de Fazendas Mineiras: Campos das Vertentes Séculos XVIII e XIX*. BDMG Cultural, Belo Horizonte: 1998; RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Op. Cit.* (2014, a), p.187 – 193.

¹⁹ Assim como as demais fazendas mineiras setecentistas, a Bom Retiro possui janelas com verga arqueadas em “canga de boi”, inspiradas no Palácio dos Governadores de Ouro Preto, essas janelas se tornariam verdadeiro modismo, conferindo movimento às fachadas das sedes das fazendas e das casas urbanas “sopro barroco”. Um dos poucos exemplares ainda existentes da arquitetura civil de Oliveira que remete a este período pode ser observado na Rua Cel. João Alves, 557 (antiga Rua do Coqueiro), o beiral em “beira-seveira” é o único na cidade. MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Memória Arquitetônica de Oliveira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1987, p.77-78.

²⁰ MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Memória Arquitetônica de Oliveira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1987, p.25.

primeiro rancho de tropeiros da região. Uma das ruas coincidia com a picada de Goiás que, passando por esse ponto, ao pé do morro, seguia pela via mais antiga, a Rua das Palmeiras (atual Rua da Misericórdia). A outra via subia o morro constituindo o primeiro corpo do arraial propriamente dito, tratava-se da larga Rua do Carmo (atual Praça XV de Novembro), sobre a qual, a partir de 1780 começaram a construir a sólida e imponente igreja matriz, de inspiração Barroca²¹, “dominando o casario que surgia em torno dela e na descida da ladeira”²². O mesmo arquiteto, famoso na época, teria posteriormente concebido a matriz de Barbacena²³.

Apesar da criação da vila de São Bento do Tamanduá, geograficamente mais próxima, em 1790, os aplicados da capela de Oliveira decidiram continuar pertencendo à jurisdição da vila de São José (Tiradentes), possivelmente devido a disputas políticas internas entre os dois povoados, que se acentuariam no século seguinte, como veremos²⁴.

Neste momento já se pode falar de uma “crise da mineração”, a década de 1780 é entendida como “o momento em que a economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal e as atividades agropecuárias passaram a ser o seu eixo central”²⁵. A consolidação da urbe oliveirense nesta década, com o início da construção de seu maior templo, demonstra o fortalecimento econômico dos agropecuaristas na capitania.

Em 1819, o naturalista francês Auguste de Sant-Hilaire, em passagem por Oliveira, afirmou que o arraial pertencia a um pequeno número de povoações que não deviam sua fundação à extração aurífera e, sim, à sua vantajosa posição, encruzilhada de diversas estradas importantes. Esqueceu-se de mencionar que, junto às estradas, os fazendeiros produtores de gêneros alimentícios foram os principais construtores do arraial.

²¹ *Ibidem*, p. 65 e 67.

²² *Ibidem*, p.25.

²³ *Ibidem*, p. 65 e 67.

²⁴ A vila de Tamanduá é instituída em um segundo momento de criação de vilas na capitania, e junto com ela foram criadas mais duas: as vilas de Barbacena e de Queluz (Conselheiro Lafaiete). O objetivo era, em plena Inconfidência, acalmar e satisfazer as elites locais. Do ponto de vista econômico, a criação da vila satisfazia as necessidades locais por instituições administrativas mais próximas, reivindicação dos fazendeiros que se enriqueciam com o fortalecimento da economia de abastecimento interno. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Op. Cit.* (2011), p. 131 – 158.

²⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.* (2010), p. 22.

O botânico informou ainda que as casas eram em sua maioria ao rés do chão, porém bastante grandes para o padrão do país, e cobertas de telha. Esta última característica é signo da prosperidade local, tendo em vista que em muitos arraiais contemporâneos, pobres, a maioria das casas era coberta de capim. Sobre as mesmas, diz que em geral eram caiadas, e com janelas pintadas de amarelo e moldura rósea, o que, segundo o naturalista, “no meio das paredes brancas, produz um efeito muito agradável”. Além de casas dos fazendeiros, na cidade se viam diversas lojas e mercearias, tavernas, uma farmácia e dois albergues (hospedarias), bem como diversos artesãos. Saint-Hilaire também notou duas igrejas no lugar, uma delas, a matriz, que descreve como sendo “bastante bela no interior”, e que “empregaram, para orná-la, uma pedra de um belo verde-maçã”²⁶

O arraial de Oliveira viria a se desvincular de São José somente depois da Independência, com a criação da vila de N. Sra da Oliveira em 1839²⁷. Sua instalação obedecia às pressões da elite local em confluência com as tentativas de fortalecimento da burocracia e da arrecadação na agora província de Minas Gerais, em um movimento que se estendia por todo o recém-criado Estado Imperial Brasileiro²⁸. Com o status de vila, a povoação passa a contar com o Senado da Câmara (Câmara de Vereadores) e seu presidente, com atribuições semelhantes à dos prefeitos atuais. Na mesma lei de criação da vila, cria-se a comarca do Rio Grande, centro do poder judiciário, compreendendo os municípios de Tamanduá (sede da comarca), de Oliveira e da Vila Nova da Formiga.

Constam do ano de 1842²⁹ as principais modificações urbanísticas na vila de Oliveira, tendo uma das duas primitivas ruas que

²⁶ MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Memória Arquitetônica de Oliveira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1987, p.26.

²⁷ BARBOSA, Waldemar. *Op. Cit.* (1995), p. 228.

²⁸ CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: a região Norte. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.817-845, set/dez 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n51/v29n51a09.pdf>. (Acesso em Novembro de 2016).

²⁹ As disputas políticas no Primeiro Reinado influenciaram as vinculações administrativas entre Oliveira e Tamanduá. Durante a “Revolta Liberal de 1842”, a vila foi dominada pelas forças liberais. Da disputa ocorreu uma batalha entre Oliveira e Tamanduá, conhecida como a “Batalha do Campo do Cajú”, envolvendo, por parte da primeira vila, uma tropa de 400 homens, e da segunda, 60 indivíduos. Em emboscada, as forças de Tamanduá venceram a batalha, e afastaram os liberais de Oliveira. Ver: FONSECA, Luís Gonzaga da. *História de Oliveira*. Belo Horizonte: Ed. Bernardo Álvares, 1961.p. 398 402.

constituíam o velho arraial, a rua de cima (do Carmo), sido dividida em lotes, aparecendo então os quarteirões centrais. Deu-se origem à Rua Direita (atual Dr. Coelho de Moura), e Rua Dr. Carlos Chagas. Para isso a municipalidade fez concessões dos terrenos em troca de donativos em dinheiro para a construção da casa de câmara e cadeia³⁰. Exemplo desta arquitetura de meados do século XIX pode ser observado na casa de número 6, ainda existente na praça XV de Novembro, “contendo um beiral emolduro e vãos coroados por cimalha, além da presença dos destacados cunhais, bem ao gosto de várias construções das cidades históricas mineiras”³¹.

Consequência da rivalidade entre Oliveira e Tamanduá, e de sua vinculação histórica com São José, em 1850 a vila desvincula-se da comarca do Rio Grande, encabeçada por Tamanduá, e volta a pertencer à comarca do Rio das Mortes, junto a São José e encabeçada por São João del-Rei.

A criação propriamente dita da cidade de Oliveira se dá no Segundo Reinado, em momento de turbulências na disputa política provincial entre os dois principais partidos do Império – o Partido Liberal e o Partido Conservador³². A cidade é criada com a lei provincial nº 1102, de 19 de setembro de 1861³³.

Nesta época, o largo da matriz que, como afirmou Saint-Hilaire em 1816, era marcado por casas térreas, passa a sofrer grande mudança em sua paisagem, com a construção de grandes sobrados por senhores de terras e grandes comerciantes, signos de sua distinção social. Os riscos da maioria destas construções podem ser atribuídos aos portugueses Antônio Silva Campos e José Fernandes do Couto (José Carapina), instalados na cidade por volta de 1860. Exemplo deste período pode ser observado no sobrado de número 82 e 61 (antes 59), na praça XV de Novembro³⁴.

Segue-se em 1862 a criação da comarca de Lambari, encabeçada por Oliveira³⁵. Quatro anos depois, judicialmente, a cidade se vincula novamente a Tamanduá, com a criação da comarca do Rio

³⁰ FONSECA, Luiz Gonzaga da. *Op. Cit.*, p.148.

³¹ MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Op. Cit.* (1987), p.81.

³² CLAUDINO, Guilherme Pereira. *Entre facas e togas: A disputa pelo poder em Oliveira 1868*. São João del-Rei, Anais do VII Congresso de Produção Científica da UFSJ, 2008.

³³ BARBOSA, Waldemar. *Op. Cit.* (1995), p. 228.

³⁴ MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Op. Cit.* (1987), p. 97 – 100.

³⁵ http://www.oliveira.mg.gov.br/Materia_especifica/6495/Historia (acesso em novembro/2016)

Pará, em 1866. Mas por pouco tempo. A comarca de Lambari foi restaurada pela Lei n.º 2.002, de 15 de novembro de 1873.

Data desta época uma mudança na economia local que viria a modificar muito os padrões de riqueza³⁶ e as estruturas arquitetônicas da nova cidade. A partir de então, os edifícios civis e oficiais seriam construídos em formas mais requintadas, influenciadas pelo neoclassicismo e pelo ecletismo irradiado da Corte, no Rio de Janeiro, e de grandes centros do Império. Entre 1870 e 1887, disseminou-se a cultura do café no município, que teria sido motivada pela alta dos preços, consequência da geada que assolou os cafezais da Zona da Mata e de São Paulo³⁷. Tendo como base econômica um produto destinado à exportação, e não mais uma agropecuária de abastecimento interno, é de se imaginar as grandes mudanças que tal reviravolta causaria em todos os setores da vida social em Oliveira³⁸.

Na arquitetura civil de influência neoclássica merece destaque o sobrado da n.º 35, na praça Dr. José Ribeiro da Silva, “com pinturas internas (...) decoradas as paredes da sala de jantar com medalhões contendo, ao meio, paisagens que simbolizam as quatro fases do dia (a aurora, o meio-dia, o pôr-do-sol e a noite)”³⁹. O ápice desta arquitetura de transição para o ecletismo pode ser observado em enormes sobrados ainda existentes na cidade, a saber: na Rua Dr. Coelho de Moura, n.º 80; Praça XV de Novembro 143 esquina com Rua José Teodoro; Rua dos Passos, n.º 13 (antigo n.º 4, atual Escola Estadual Professor Pinheiro) e o requintado sobrado da Praça XV de Novembro, n.º 164 (antigo 170, atual Panificadora Nobre), “com mescla de estilo (...) na adoção de um risco puramente colonial ou setecentista, mas com ornamentação do século XIX”, no detalhe da “grega que acompanha a cimalha pode-se observar o trabalho esmerado realizado por algum oficial português na execução de elementos alusivos às atividades rurais do antigo morador”⁴⁰.

³⁶ RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Classificação de Fortunas em uma Economia de Abastecimento Interno: o caso da família “Ribeiro da Silva”, comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais (século XIX)*. Belo Horizonte; Diamantina: CEDEPLAR; VI Seminário Sobre Economia Mineira, 2014. Disponível em: <http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/>. (Acesso em novembro de 2016)

³⁷ FONSECA, Luiz Gonzaga da. *Op. Cit.* (s.d.) p. 188.

³⁸ Porém, esse impacto, que diferencia a cidade de suas vizinhas do Oeste de Minas, ao mesmo tempo em que a aproxima da experiência do café no Sul de Minas, ainda carece de estudos historiográficos apurados.

³⁹ MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Op. Cit.* (1987), p. 97; 99-100.

⁴⁰ MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Op. Cit.* (1987), p. 97; 105-106.

Finalizando o século XIX, junto a todas as mudanças desta virada de século: a abolição da escravatura e o fim do Império – chega, em Oliveira, pelos trilhos da “Estrada de Ferro Oeste de Minas”, o maior símbolo da modernidade oitocentista, da expansão capitalista global e da Revolução Industrial – a locomotiva a vapor.

Tendo sido inaugurada em São João del-Rei em 1881, com a presença do Imperador D. Pedro II, a *Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas* buscou prolongar sua linha, que, partindo de São João, se dirigisse a Oliveira. No início de 1886, a Oeste inaugurou os trabalhos de construção, e em outubro de 1887 foi inaugurado o trecho até Oliveira⁴¹.

Símbolo maior da arquitetura civil neste momento é o sobrado de arquitetura eclética nº 103, da Praça XV de Novembro. O prédio foi construído pelo coronel Theodoro Ribeiro de Oliveira e Silva no largo da Igreja Matriz da cidade de Oliveira. Tendo começado as obras por volta do ano de 1884, elas foram paralisadas em 1888 devido à abolição da escravatura. O edifício abrigou o Fórum da Cidade de Oliveira entre 1913 e 1977, sendo restaurado pelo IEPHA entre 1982 e 1983 para sediar a “Casa de Cultura Carlos Chagas”⁴².

A chegada da ferrovia também traria novos materiais e soluções que foram empregadas na arquitetura da cidade e ainda podem ser observados em diversos edifícios no município. No que se refere à administração jurídica, a comarca de Lambari, encabeçada pelo município, teve seu nome alterado para Comarca de Oliveira pela Lei nº 11, de 13 de novembro de 1891⁴³, já na Primeira República.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Educação patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional que tem como fonte primária de conhecimento e reconhecimento o patrimônio cultural. No que diz respeito à classificação do patrimônio cultural no Brasil, a Seção II, artigo 216 da Constituição de 1988, afirma que:

⁴¹ CAMPOS, Bruno Nascimento. *Tropas de Aço: Os Caminhos de Ferro do Sul de Minas (1875-1902)*. São João del-Rei: UFSJ, 2012. (Dissertação de Mestrado).

⁴² MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Op. Cit.* (1987). p. 107.

⁴³ http://www.oliveira.mg.gov.br/Materia_especifica/6495/Historia (acesso em novembro/2016)

Art. 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I) as formas de expressão; II) os modos de criar, fazer e viver; III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais; V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico⁴⁴.

Partindo deste pressuposto, o desenvolvimento do trabalho em educação patrimonial visa enriquecimento individual e coletivo de membros da sociedade de qualquer faixa etária, levando conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural como um instrumento de “alfabetização cultural”. Neste processo, o indivíduo se torna capaz de fazer a leitura do seu entorno, levando-o à compreensão do cenário sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.⁴⁵ Segundo Ana Carmen Amorim Jara Casco, uma boa metodologia de educação patrimonial ensina o indivíduo a pensar, sem forçar a repetição de valor, além de basear-se no respeito às diferenças e valorização da diversidade. Desta forma, resiste aos processos de homogeneização do saber e de sua transmissão, evitando a globalização indiscriminada e o esmagamento dos valores culturais⁴⁶. Com as iniciativas educacionais, o fortalecimento da identidade local também se torna um recurso fundamental na aprendizagem e diálogo entre comunidades.

O patrimônio como mecanismo de ensino, seja ele um monumento ou um sítio arqueológico, uma paisagem natural, um centro histórico, uma manifestação popular ou qualquer outro meio relevante, tem como objetivo levar tanto os conceitos e habilidades

⁴⁴ BRASIL, 1988. Disponível em: <<http://goo.gl/djzY7l>>. (Acesso em novembro / 2016).

⁴⁵ HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf> (Acesso em outubro/2016).

⁴⁶ CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. *Sociedade e educação patrimonial*. p.4. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sociedade_e_educacao_patrimonial.pdf> (Acesso em outubro/2016).

para as pessoas, quanto seus usos na prática do cotidiano de forma individual e coletiva. A interação entre obra e sociedade acontece de forma “individual, porque somos indivíduos únicos com memórias únicas; coletiva, porque somos ao mesmo tempo seres plurais e vivemos em grupos com crenças, objetivos, gestos, maneiras e códigos em comum”⁴⁷. Assim, este processo que utiliza o estudo e análise de bens culturais pode ser aplicado em qualquer espaço social, onde as pessoas podem reconhecer o passado através daqueles bens ainda acessíveis atualmente.

Destacam-se como bens culturais todo acervo de referências culturais de uma comunidade. Entre eles: as arquiteturas, tradições, gastronomia específica, paisagens diversas, expressões artísticas, artefatos arqueológicos e documentos. Para Evelina Grunberg,

Os bens culturais são aqueles através dos quais podemos compreender e identificar a cultura de um povo, em determinado lugar e momento histórico [...] Em muitos casos, o passado tem como único testemunho ou fonte sobrevivente um objeto cultural ou seu registro, e é nele, que encontramos a manifestação da cultura do povo que criou⁴⁸.

Deste modo, o ato de aprender e ensinar a educação patrimonial requer prática, persistência e sensibilidade dos agentes envolvidos. Seus estudos podem ser desenvolvidos com observação, análise, identificação, valorização, resgate, memória e conscientização, chegando a possíveis soluções de problemas atuais através do resgate do passado.

Alinhando os olhares entre tema e cenário proposto neste trabalho, considera-se que a cidade de Oliveira está inserida em uma região onde o contexto patrimonial é de rico teor histórico e turístico que ressalta aspectos da identidade nacional e regional através de produtos materiais e não materiais ainda presentes na comunidade. Portanto, mais que nobilitante, ações de educação patrimonial se tornam necessárias para intensificar a relação entre população e cidade, tornando-a mais afetiva. Estratégias para o desenvolvimento deste diálogo que abarca indivíduo e meio, estimula

⁴⁷ FALEIRO, Rodrigo Flávio de Melo; RANGEL, Carlos Henrique. *Educação patrimonial: uma abordagem empírica, didática e criativa*. p. 210.

⁴⁸ GRUNBERG, Evelina. *Educação Patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais*. p. 6. Disponível em: http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4_tutores/estudos_sociais/materiais/educacao_patrimonial.pdf (Acesso em outubro/2016).

e facilita a comunicação e interação entre comunidade, agentes responsáveis pela preservação e governantes, possibilitando maior proteção dos bens culturais, assim como admiração e interesse da sociedade.

O objeto de preservação e o contemporâneo são opostos de um mesmo contexto, no entanto, devem trabalhar de forma coexistente, a fim de garantir a autenticidade de cada obra, sem que a importância histórica de um estilo, de um tempo, se sobressaia sobre o outro, principalmente quando há novas intervenções em áreas históricas. Este cenário de contraste, visto com frequência em cidades com carga histórica, deve ser compreendido pelos observadores por meio da educação patrimonial, permitindo que a sociedade tenha mais autonomia ao explorar os bens culturais, criando espaço para participação direta da comunidade como um todo no que se refere às tomadas de decisões como escolha de bens a serem preservados, encaminhamento de propostas de tombamentos e compartilhamento das ações de preservação do patrimônio. Estas iniciativas representam um avanço significativo quanto à responsabilidade social, valorização dos recursos históricos e inserção da cultura no cotidiano da população.

Tanto a educação quanto a preservação do patrimônio e da memória estão envolvidos em diferentes circunstâncias. O contexto social e os elementos que o estruturam estão comprometidos com iniciativas e responsabilidades que podem ser transformadoras. Ensinar o respeito ao passado e identificar seu valor, é contribuir para a formação de uma sociedade que reconhece a importância da tradição e cultura, com cidadãos mais sensíveis e com ideais menos descartáveis.

As ações educativas, voltadas para a preservação do patrimônio e desenvolvidas pela sociedade, aparecem como iniciativas de grupos que assim entendem ser seu papel ou que resolvem ocupar o vazio deixado pela ausência de uma ação efetiva do Estado (municípios, governos estaduais e governo federal) nesse campo [...] Elaborar projetos educativos voltados para a disseminação de valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda, assim como para a recriação e transmissão desse patrimônio às gerações futuras é, sobretudo, um projeto de formação de cidadãos livres, autônomos e sabedores de seus direitos e deveres⁴⁹.

⁴⁹ CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. *Op. Cit.* p. 1-2.

Porém, existem grandes obstáculos que dificultam a disseminação da educação patrimonial e ações sociais, tais como o contexto político e econômico brasileiro, que não apresentam mecanismos que tornam a participação social efetiva. Por isso, os órgãos responsáveis devem estabelecer regras e normas rigorosas a fim de organizar as ações educativas e disseminar suas ideias, para que a sociedade seja informada da sua capacidade de preservação do patrimônio e da memória dos brasileiros.

Por fim, é importante compreender que as instituições relacionadas ao patrimônio histórico devem estar em constante interação com a educação, com ações que aconteçam de forma simultânea em suas diferentes frentes de atuação. Este comportamento tem como objetivo atualizar e desenvolver mecanismos e procedimentos de preservação, em parceria com a sociedade, promovendo a democratização do conhecimento sobre a diversidade cultural do Brasil, conscientizando os envolvidos sobre a atual transição de ideais e estimulando a difusão da memória social às futuras gerações. Assim, haverá uma contribuição fundamental para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país.

A CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROJETO *PATRIMÔNIO PROCLAMA*

A trajetória recente do projeto de extensão universitária *Patrimônio Proclama* tem como ponto de partida o segundo semestre de 2016. Vinculado ao curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Pitágoras (Unidade Divinópolis-MG), o projeto tem como propósito tanto desenvolver instrumentos de divulgação, elucidação e conscientização da sociedade civil referentes aos processos de salvaguarda do patrimônio cultural a partir da criação de parcerias com agentes culturais do poder público, quanto criar um banco de dados composto por registros, dossiês, plantas baixas dos imóveis, registros fotográficos e legislações referentes aos bens culturais protegidos dos municípios do Centro Oeste de Minas Gerais.

Nota-se que o projeto vigente tem como recorte espacial o Centro Oeste mineiro. Esta região, que compõe atualmente a configuração geopolítica de Minas Gerais⁵⁰, possui um vasto patrimônio

⁵⁰ A atual região do Centro Oeste mineiro tem sua origem no século XIX com as delimitações territoriais da Província de Minas Gerais. Sobre os aspectos acerca da delimitação da Província das Minas Gerais, ver: FURTADO, Júnia Ferreira;

cultural relativamente desconhecido e pouco difundido. Assim, não restam dúvidas de que é de suma importância a realização de trabalhos que visam a divulgação dos bens culturais junto à conscientização da sociedade civil para com o seu patrimônio cultural. Todavia, trabalhos como este já são correntes em várias regiões de Minas Gerais a partir de excelentes iniciativas de estudo e divulgação dos bens culturais realizadas através de parcerias entre instituições do poder público e privado. No que se refere às instituições, a atuação dos Centros Universitários e Universidades na preservação do patrimônio cultural reflete o compromisso que estas possuem com a sociedade.

Ao implementar políticas de educação patrimonial e de divulgação de acervos, as instituições de ensino superior contribuem respectivamente para o desenvolvimento e solidificação das identidades locais e para o avanço em pesquisas na área das ciências humanas.

Sob a perspectiva da carência de ações patrimoniais educativas que elucidam a importância da preservação do patrimônio cultural inseridas no recorte territorial antes citado, o projeto realizado e descrito no presente trabalho insere-se nesse quadro como antídoto para as patologias do campo da educação patrimonial da região. Assim, o projeto firmou sua primeira parceria em 2016 com a Prefeitura Municipal de Oliveira com o objetivo de criar um material de suporte para as atividades vinculadas ao programa de educação patrimonial do município. O material resume-se a um opúsculo – livreto – elaborado pela equipe do projeto de extensão universitária *Patrimônio Proclama*⁵¹ e se destaca como um manual que contém informações acerca dos principais órgãos de preservação do patrimônio cultural, legislações específicas, bens

COSTA, Antônio Gilberto. A Demarcação das terras das Minas Gerais. In: FURTADO, Júnia Ferreira; COSTA, Antônio Gilberto; RENGGER, Friederich Ewald; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

⁵¹ O projeto de caráter interinstitucional entre a Faculdade Pitágoras (Unidade Divinópolis-MG) e a Prefeitura Municipal de Oliveira-MG foi coordenado pelo professor Pedro Henrique Porto Coelho com o auxílio da professora Tainah Leão Nascimento. Fizeram parte da equipe: os estudantes do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Daiana da Silva, Filipe de Castro Guimarães, Izabela Moreira Lima, Nathalia Cristina Resende, Ranulfo Henrique Sampaio Martins e Wendel Medeiros Araújo. Também fizeram parte como colaboradores do projeto a Secretaria de Cultura de Oliveira, O Conselho Municipal de Patrimônio Histórico de Oliveira e a Agência de Publicidade e Propaganda Pitágoras (AGP3).

tombados pelo município, imagens dos bens culturais de Oliveira, além de conceitos como: cultura, patrimônio e bens culturais.

O grau de relevância desta iniciativa visou a necessidade de captação de recursos financeiros e técnicos para a implementação do projeto. No que se refere aos recursos financeiros, o orçamento disponibilizado pela Secretaria de Cultura retirado do FUMPAC foi totalmente convertido no processo de tiragem dos exemplares do livreto. Já sobre os recursos técnicos, além da equipe executora, composta por estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Pitágoras (Unidade Divinópolis-MG), o projeto contou com o serviço profissional de fotografia e diagramação da Agência de Publicidade e Propaganda Pitágoras (AGP3).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Os caminhos metodológicos utilizados na elaboração da pesquisa foram divididos em cinco etapas: compete à primeira etapa, a elaboração dos planos e metas a serem cumpridas pela equipe a partir da parceria realizada entre a Faculdade Pitágoras e a Secretaria de Cultura de Oliveira, com reuniões sistemáticas entre os membros do projeto de extensão, buscando traçar as diretrizes para a formulação do opúsculo.

Já na segunda etapa, levantou-se um referencial teórico consistente acerca dos conceitos, definições e legislações relacionadas ao patrimônio cultural, através de pesquisa bibliográfica. Nesta etapa, podem ser verificados os objetivos e metas discutidos na etapa anterior já aplicados em outros estudos e pesquisas realizadas. A pesquisa também foi baseada em consulta de materiais de órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural, buscando entender a origem dos estudos e valores referentes a bens culturais e suas aplicabilidades. Assim, pode-se relacionar a teoria revisada com o projeto a ser construído. Este processo foi fundamental para consolidar todo o estudo e nortear as demais etapas que precisam de princípios teóricos.

A terceira etapa contou com a pesquisa documental, conforme prescrita na ABNT NBR (6023, 2002). Sua concretização foi possível por meio da análise de documentos históricos, livros sobre a história de Oliveira e registros sobre os bens tombados disponibilizados pelo Setor de Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura da cidade. A pesquisa realizada a partir de dossiês, legislação municipal e documentos retrospectivos considerados autênticos, possibilitou a complementação de informações obtidas

no referencial teórico. O Arquivo Municipal de Oliveria também permitiu o acesso à documentação fotográfica, como meio de estudo e ilustração do opúsculo. A meta do projeto, nesta etapa, diz respeito à conclusão da descrição, arranjo, organização final do opúsculo.

A quarta etapa realizou-se com a análise e discussão do levantamento do patrimônio cultural da cidade de Oliveira, com registros fotográficos de autoria da própria equipe, croquis, e demais avaliações concretizadas pelos autores. Com o resultado da apuração de documentos, pode-se criar conclusões sobre cada bem cultural, seu estado de conservação, necessidade de restauro, história, leitura, uso e interação com a sociedade, e também análise do contexto urbano onde as obras estão situadas. Com essas observações, podem ser solucionados problemas e alcançadas as metas estabelecidas na primeira etapa e, por sua vez, desenvolver um breve histórico contendo as informações principais e fotografia de cada bem tombado. Estes foram hierarquicamente dispostos na seguinte ordem no opúsculo: 1º Tombamento Estadual; 2º Tombamento Municipal.

Para concluir os estudos, a quinta etapa foi a responsável pela materialização do livreto, processo de diagramação e tiragem dos exemplares. Este último processo pode ser dividido da seguinte forma: 1º Realização do *briefing*, onde a demanda e todas as informações são recolhidas, assim como os arquivos e outros materiais a serem inseridos no conteúdo. 2º Pesquisa e planejamento criativo: fase em que é introduzido no material conteúdo gráfico de qualidade. Esta etapa tem como foco transformar o livreto em um atrativo estético, que também é considerado um aspecto importante na educação patrimonial, por isso esta fase se tornou tão importante, para garantir que a diagramação e criação do layout tivessem afinidade com o leitor, assim como as ilustrações. As cores foram escolhidas com o intuito de garantir a identidade do livreto, já que foram associadas ao logotipo da cidade de Oliveira. 3º Após a organização da parte criativa, passa-se à diagramação, quando texto e imagens são inseridos para completar o conteúdo do material. Assim, o livreto passa por revisão, solicitação e aprovação de orçamento em gráficas. É importante ressaltar que nesta etapa também acontece a escolha do material utilizado na impressão e a definição do tamanho, decisões fundamentais que tornam o livreto mais acessível e de fácil manuseio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muitos anos, e para muitos, o patrimônio cultural foi sinônimo de despesa ou consumo improdutivo, por isso a conservação, manutenção e proteção patrimonial era obrigação quase que desgastante. Hoje, sabe-se que é papel dos órgãos públicos de salvaguarda garantir a continuidade e sustentabilidade dos bens culturais, sendo que as autoridades locais e os agentes dos processos culturais são indispensáveis na reflexão sobre o patrimônio cultural.

Não obstante, as Instituições de Ensino Superior também possuem um papel significativo enquanto entidade responsável por criar mecanismos de divulgação e conscientização patrimonial da sociedade civil. A valorização do patrimônio não se finda somente com a proteção da herança coletiva, também é um processo de construção memorável que exige diálogos entre os setores público e privado, sociedade civil e poder público, agentes culturais e universidades com o intuito de democratizar o acesso aos bens culturais.

Portanto, a finalidade do projeto de extensão *Patrimônio Proclama* foi apresentar a vinculação da questão patrimonial às políticas públicas governamentais como uma chave importante para o desenvolvimento econômico, político e social, demonstrando que além da proteção e manutenção dos bens culturais, exige-se a divulgação do patrimônio salvaguardado pelos municípios a partir de ferramentas estratégicas de conscientização patrimonial que solidificam e aprimoram a cidadania.

REFERÊNCIAS

- ABNT-NBR 6023 – *Informação e documentação-Referências-Elaboração*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002, p. 24.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e Pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750 – 1822*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.
- AMANTINO, Márcia. *O Mundo das Feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008.
- ARANTES, Antônio A. Cultura e territorialidade em Políticas Sociais. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo. *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

BARBOSA, Waldemar. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995, p. 226.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. In: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 163-175, jan/jun 2005.

CAMPOS, Bruno Nascimento. *Tropas de Aço: os caminhos de ferro do Sul de Minas (1875-1902)*. São João del-Rei: UFSJ, 2012. (Dissertação de Mestrado).

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e Currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais – 1674 – 1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. *Sociedade e educação patrimonial*. 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sociedade_e_educacao_patrimonial.pdf> (Acesso em outubro/2016).

CATÃO, Leandro Pena. Os Sertões a Oeste das Minas: descobrimentos, caminhos, ocupação espacial e cultura política nos séculos XVII e XVIII. In: CORGOZINHO, Batista Maria de Sousa; CATÃO, Leandro Pena; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. (Orgs.). *História e Memória do Centro Oeste Mineiro: perspectivas*. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: a região Norte. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.817-845, set/dez 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n51/v29n51a09.pdf>. (Acesso em Novembro de 2016).

CLAUDINO, Guilherme Pereira. *Entre facas e togas: a disputa pelo poder em Oliveira 1868*. São João del-Rei, Anais do VII Congresso de Produção Científica da UFSJ, 2008.

CORGOZINHO, Batista Maria de Sousa. *Nas linhas da Modernidade: a passagem do tradicional ao moderno no Centro-Oeste de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2003.

CRUZ, Cícero Ferraz. *Fazendas do Sul de Minas Gerais: Arquitetura Rural nos séculos XVIII e XIX*. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos – USP, 2008. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura).

FALEIRO, Rodrigo Flávio de Melo; RANGEL, Carlos Henrique. *Educação patrimonial: uma abordagem empírica, didática e criativa*. v.1. Belo Horizonte, 2013.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d'el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FURTADO, Júnia Ferreira; COSTA, Antônio Gilberto. A Demarcação das terras das Minas Gerais. In: FURTADO, Júnia Ferreira; COSTA, Antônio Gilberto; RENGER, Friederich Ewald; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

GRUNBERG, Evelina. *Educação Patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais*. Cadernos do CEOM, Centro de Organização da Memória do Oeste-Chaçapó, v.14, p. 159-180, 2000. Disponível em: <http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4_tutores/estudos_sociais/materiais/educacao_patrimonial.pdf> (Acesso em outubro/2016).

GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista. Quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ícone, 1988.

HENRIQUES JUNIOR, Gilmar Pinheiro. *Arqueologia regional do Alto São Francisco: um estudo das tradições ceramistas Una e Sapucaí*. São Paulo: USP, 2006. (Dissertação de Mestrado).

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. IPHAN, 1999. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf> (Acesso em outubro/2016).

MARTINS, Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: a história de Minas, roubada do povo*. Contagem: Santa Clara Editora, 2008.

MENDONÇA, Heraldo Tadeu Laranjo. *Memória Arquitetônica de Oliveira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1987.

MILAGRE, Marcela Soares. *Entre a Bolsa e o Púlpito: eclesiásticos e homens do século nas Minas de Pitangui (1745-1793)*. São João del-Rei: UFSJ, 2011. (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA, Maria de Lourdes. *As Políticas Públicas para a Preservação do Patrimônio*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. *Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista*. Campinas: Unicamp, 2003. (Tese de Doutorado).

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Família e Povoamento na Comarca do Rio das Mortes: os "Ribeiro da Silva", Fronteira, Fortunas e Fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)*. São João del-Rei: UFSJ, 2014, p. 59. (Dissertação de Mestrado em História Social). Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/pghis/dissertacoes.php>. (Acesso em novembro de 2016).

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. *Classificação de Fortunas em uma Economia de Abastecimento Interno: o caso da família "Ribeiro da Silva", comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais (século XIX)*. Belo Horizonte; Diamantina: CEDEPLAR; VI Seminário Sobre Economia Mineira, 2014. Disponível em: <http://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/>. (Acesso em novembro de 2016).

RIBEIRO, Isaac Cassemiro. Migrar é Preciso: migração, família e expansão de fronteiras (Oeste da Comarca do Rio das Mortes - Séculos XVIII e XIX). In: *Seminário História e Memória do Centro-Oeste Mineiro - Perspectivas: Memória, Literatura e Educação*, V, 2014, Divinópolis, p. 135-151.

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e Conflito: aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. *A educação patrimonial no ensino de História*. Rio Grande: Biblios, 2008, p. 199-211.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.
